

# **O perigo de todes! Considerações em torno do banheiro neutro em Fortaleza**

*The danger of they/them!  
Considerations around the  
neutral bathroom in Fortaleza*

**Emanuel Freitas da Silva<sup>1</sup>,  
Fabrício de Sousa Sampaio<sup>2</sup>,  
Pedro Henrique Almeida Bezerra<sup>3</sup>**

**1.** Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará (UECE). <http://orcid.org/0000-0001-6304-4316>. **emanuel.freitas@uece.br**

**2.** Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor de Sociologia do Instituto Federal do Maranhão (IFMA). <https://orcid.org/0000-0003-4274-1627>. **farcosousa@yahoo.com.br**

**3.** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor Substituto do curso de Serviço Social da UECE. <https://orcid.org/0000-0002-4611-5626>. **pedro.almeida@aluno.uece.br**

**Resumo:** A agenda em torno das identidades sexuais e de gênero estão inscritas na vida política brasileira sob os mais diversos ângulos, indo da possibilidade de reconhecimento e inclusão à “denúncia” de um suposto “perigo” a ser combatido. A recente empreitada em torno da construção, em espaços públicos, de banheiros neutros (em alternativa a anterior possibilidade do “terceiro banheiro”) tem sido utilizada em ambas as direções. A questão que estrutura este artigo centra-se nos usos políticos da problemática e estrutura-se nos

seguintes termos: como políticas de inclusão, ligadas às questões de identidade de gênero, são utilizadas para gerar polêmicas políticas em espaços de poder institucional produzindo, discursivamente, pânicos morais? Toma-se como corpus de análise discursos proferidos por vereadores na Câmara Municipal de Fortaleza quando da “descoberta”, por meio de “denúncia”, de banheiros neutros em um equipamento público, no ano de 2021, e ações práticas de violência, ainda que verbal, como performatividade após isso.

**Palavras-chave:** Gênero. Identidade Sexual. Arquitetura dos Gêneros. Pânico Moral. Ideologia de Gênero.

**Abstract:** The agenda around sexual and gender identities is inscribed in Brazilian political life from the most diverse angles, ranging from the possibility of recognition and inclusion to the “denunciation” of a supposed “danger” to be fought. The recent endeavor around the construction, in public spaces, of neutral bathrooms (as an alternative to the previous possibility of the “third bathroom”) has been used in both directions. The question that structures this article focuses on the political uses of the problem and is structured in the following terms: how inclusion policies, linked to gender identity issues, are used to generate political polemics in spaces of institutional power, producing, discursively, moral panics? It is taken as a corpus of analysis speeches given by councilors in the City Council of Fortaleza when the “discovery”, through “denunciation”, of neutral bathrooms in a public facility, in the year 2021, and practical actions of violence, even if verbal, as performativity after that.

**Keywords:** Gender. Sexual Identity. Architecture of Genres. Moral Panic. Gender ideology.

## 1 – Introdução

À medida em que questões sobre sexualidade e gênero avançam e se tornam questões importantes, tanto no espaço social como nos diversos espaços institucionais do poder estatal, reações advindas das mais diversas esferas sociais são levadas a cabo, seja por meio das tentativas de interdição do debate em favor da proliferação impositiva de um discurso tido como conservador

e, em consequência disso, heteronormativo<sup>1</sup>; seja por meio de vetos ou mobilizações em contrário ou mesmo pela deslegitimação e ataques aos sujeitos envolvidos nestas questões. Em todas elas está presente o uso da linguagem para mobilizar um imaginário de destruição e perigo em curso a partir da agenda de inclusão implementada.

A recente incorporação, por parte do Estado e do mercado, da agenda em torno do banheiro neutro, tem suscitado os mais diversos tipos de protestos, sempre acionando a ideia de destruição da família e dos valores tidos como tradicionais, ou a ideia de possibilidade de violência sexual contra mulheres que a adoção de tal banheiro pode acarretar<sup>2</sup>. Tal foi o que se sucedeu no caso que analisaremos no decorrer deste artigo.

Era o dia 28 de outubro de 2021 quando o vereador Jorge Pinheiro<sup>3</sup> (então no Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, hoje no União Brasil) subiu à tribuna da Câmara Municipal de Fortaleza para fazer o que nomeou como uma “*revoltante denúncia*”<sup>4</sup> a ser proclamada ali, no plenário: em “*mais uma*

---

**1.** Segundo Butler (2010) é socialmente esperada a coerência e a auto-evidência entre sexo-gênero-desejo, equivalência esta em que o pênis está para o macho, assim como a vagina está para a fêmea, e em que um está para o outro do ponto de vista do desejo. Dessa forma, temos a noção de heterossexualidade compulsória, que é o mote central da heteronormatividade. Logo, essa seria a norma heterossexual como padrão a ser seguido e adotado por todos dentro de uma lógica do gênero binário (homem/mulher).

**2.** A questão em torno do banheiro neutro, ou unissex, foi bastante explorada no segundo turno da eleição presidencial de 2022, como tema de acusação da campanha de Jair Bolsonaro (Partido Liberal) à campanha de Luis Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores), de tal modo que esta tratou de negar qualquer possibilidade de vir a encampar a questão como política pública em um eventual governo seu durante evento em que lançou compromissos com evangélicos. Sobre isso, ler: <https://www.otempo.com.br/eleicoes/a-pastores-lula-diz-que-ideia-do-banheiro-unissex-e-do-satanas-1.2752438>.

**3.** Membro consagrado da Comunidade Católica Shalom, vereador em seu segundo mandato, tem pautado sua atuação pela defesa do que considera ser os “valores da família cristã”, encampando as mais diversas agendas do conservadorismo contemporâneo.

**4.** Usaremos aspas neste artigo todas as vezes em que fizermos uso de palavras proferidas pelos vereadores que compõem o *córpus* de análise deste artigo ou de outros personagens que se fizerem

*tentativa de imposição*” da famigerada “*ideologia de gênero*”, a Rede CUCA<sup>5</sup> estava pondo “*em perigo*” a vida de crianças da cidade, pois instalara um “*banheiro neutro*”, e que, “*dessa forma como estou vestido, se quiser ir a um banheiro da rede CUCA, eu vou poder entrar desse jeito aqui no banheiro das mulheres*”. Segundo ele, homens e mulheres, e não adolescentes ou crianças, poderiam entrar em qualquer dos banheiros da Rede se assim o quisessem.

A prova cabal deste “perigo” eram placas postas em cada uma das portas dos banheiros do prédio, conforme podemos ver abaixo:

**Imagem 01:** Placas na porta do banheiro do CUCA.



**Fonte:** <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/pontopoder/vereadores-querem-impedir-banheiros-para-trans-em-fortaleza-apos-polemica-das-placas-na-rede-cuca-1.3155074>

ilustrativos do que aqui estamos a tratar, assim como de trechos de autores dos quais faremos uso.

**5.** Os Centros Urbanos de Cultura e Arte são equipamentos da Prefeitura Municipal de Fortaleza, criados ainda na gestão da ex-prefeita Luizianne Lins (Partido dos Trabalhadores), instalados em bairros da periferia da cidade, onde se desenvolvem diversas atividades artísticas e esportivas para as juventudes.

Aparteado por outros parlamentares, o discurso de Pinheiro constituiu-se como mais uma oportunidade para que agentes do campo político conservador hasteassem a bandeira do perigo em torno das questões de gênero como uma ameaça a rondar a cidade, dando seguimento, por toda aquela semana, a discursos que cobravam explicações do prefeito da cidade (José Sarto, do Partido Democrático Trabalhista – PDT) e da equipe de gestão do Cuca, alardeando o perigo sempre rodante em torno das questões de gênero, interpeladas como ideologia de gênero, uma espécie de expressão guarda-chuva em que se tenta alocar tudo ao qual se precise manifestar oposição através da mobilização da ideia de mal a ser combatido.

A autoproclamada agenda conservadora que contemporaneamente espalha-se pelo mundo, com destaque para a América Latina, elegeu a bandeira contra avanços em torno das questões de direito reprodutivos, sexualidade e de gênero denominando-as sob a alcunha de “ideologia de gênero”<sup>6</sup>, que tem servido para mobilizar ininterruptamente parcelas consideráveis das populações nos mais diversos lugares. No Brasil, tal agenda tem sido efetivamente mobilizada ao menos desde o começo dos anos 2010, com rápida circulação por estados e municípios sobretudo a partir dos anos de 2014, quando se discutiam os planos estaduais e municipais de educação, operando-se uma verdadeira cruzada religiosa para a supressão de toda e qualquer expressão que lembrasse a inclusão da pauta nos currículos escolares.

Recentemente, os empreendedores morais combatentes daquilo que nomeiam como ideologia de gênero radicalizaram os interrogatórios sobre o acesso dos banheiros públicos a partir da referência à prática a partir da

---

**6.** A “ideologia de gênero” é um neologismo ou “sintagma neológico” construído pelo ativismo religioso para a mobilização política e a intervenção na esfera pública (JUNQUEIRA, 2018). É uma retórica de defesa da ‘família natural’ ou ‘tradicional’ que objetiva: a reafirmação das hierarquias sexuais; o combate à educação escolar para a sexualidade; o rechaço aos formatos familiares dissidentes da heteronorma; a repatologização das transgeridades e das homossexualidades; a obstrução do reconhecimento aos direitos sexuais e da equidade de gênero; a “rebiologização essencializadora” das concepções de sexo, sexualidade, identidade sexual, heterossexualidade, família, matrimônio, filiação, maternidade e parentesco (JUNQUEIRA, 2018).

mobilização de pânico, terror e medo. A defesa do acesso e o uso correto dos banheiros públicos, ao que nos parece, busca interditar o acesso dos sujeitos dissidentes de gênero (binário) negando-os um direito fisiológico básico, pondo em circulação pânico morais em torno da sexualidade, principalmente através do discurso de preservação da inocência das crianças.

A reação brasileira de larga escala contra a famigerada ideologia de gênero começou a circular, embora em menor escala, a partir da realização das eleições nacionais de 2010, perpetrada por políticos da bancada evangélica e de partidos identificados como de direita (sobretudo os seguintes: Partido Social Cristão, PSC; Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB; Democratas, DEM; e Partido Humanista Social, PHS), que produziam visibilidade na mídia opondo-se aos materiais didáticos produzidos e distribuídos Ministério da Educação (então sob o comando de Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores, PT), materiais estes que visavam combater a discriminação escolar contra pessoas LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queers, intersexo, assexuais dentre outras); era parte do Programa Escola Sem Homofobia<sup>7</sup>.

Em uma política de combate ao reconhecimento das questões de direitos humanos no tocante às discussões de gênero e sexualidade, tomava forma ali um imaginário que mobilizava um pânico moral em torno do perigo desse material para as crianças. Discursivamente, a contemplação de direitos à

---

**7.** Dentre as iniciativas deste programa, coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, existia a proposta de distribuir um material criado pela ONG paulista ECOS- Comunicação em Sexualidade, que foi denominado pelo governo de 'kit anti-homofobia' e seus críticos transformaram em 'kit-gay'. Em meio às polêmicas, a presidenta recém eleita Dilma Rousseff suspende o material no dia 26 de maio de 2011. Este desfecho representou uma concordância do governo sobre a incitação à homossexualidade e a ameaça às crianças que o material continha (BALIERO, 2018). Nas eleições presidenciais de 2018, um dos maiores críticos desse programa na época, o deputado Jair Bolsonaro, utilizou como um dos artifícios discursivos, uma suposta distribuição desse 'kit-gay' em sua campanha. Novamente, a promoção do "pânico moral", em torno das questões de gênero e sexualidade, é acionada para finalidades políticas que foram bem-sucedidas neste pleito.

população LGBTQIA+, que marcava as políticas governamentais da época, foi, já ali e a partir daquele momento, apontada como ameaça às crianças.

Nesse sentido, as investidas antigênero<sup>8</sup> no Brasil contemporâneo partem da utilização da estratégia discursiva de construção do pânico moral e sexual em torno de um suposto ataque às crianças, tendo nos recentes debates em torno da reformulação dos banheiros uma oportunidade para sua reconfiguração e atuação, sendo estes um dos alvos principais. Assim, a proibição ao acesso e à utilização dos banheiros públicos pelas dissidências de gênero, já existentes, que operam enquanto policiamento do gênero, pode ganhar adeptos quando a heterossexualidade e os gêneros inteligíveis das crianças são utilizados como ameaças previsíveis pelos discursos antigênero. Não basta proibir o acesso das dissidências de gênero aos banheiros públicos binários, mas também é imperativo para a militância antigênero barrar a construção de outros banheiros cuja existência possa desnaturalizar e desconstruir a ficção social edificada em torno da matriz heterossexual.

Assim sendo, o objetivo deste artigo é o de identificar os elementos constituintes do discurso político conservador-religioso em um de seus principais pilares: a oposição às questões de gênero; para isso, toma-se como corpúsculo de análise os discursos proferidos por três vereadores da cidade de Fortaleza: Jorge Pinheiro (PSDB), Carmelo Neto (Republicanos) e Priscila Costa (Partido Social Cristão). Que elementos compõem a narrativa de atores do campo político-religioso para justificarem sua oposição a elementos que compõem a agenda de políticas públicas no que diz respeito às questões de gênero? – eis a problemática que articula os objetivos deste artigo, que está estruturado por esta introdução, seguido da apresentação e discussão do episódio ao qual, anteriormente, fizemos referência, uma revisão de literatura acerca das relações entre espaços e arquitetura dos gêneros, uma outra sobre a discussão acerca do lugar reservado a travestis no espaço escolar e, finalmente, as conclusões que pudemos elaborar visando momentos outros de análises.

---

**8.** Termo que se refere a uma tomada de posição “contrária à adoção da perspectiva de gênero e à promoção de reconhecimento da diversidade sexual e de gênero nas políticas sociais e na vida cotidiana” (JUNQUEIRA, 2018, p.452).

Ver-se-á, ao fim do artigo, que o episódio, além de servir como elemento constituinte de um projeto político estruturado para a produção do “pânico moral”, também se mostrou um excelente álibi na cruzada religiosa-política de atores do campo conservador contra os avanços na legislação e na formação de políticas públicas destinadas à população LGBTQIA+, sendo envolvida como mais uma empreitada da “ideologia de gênero”, servindo para que tais atores mostrem-se como “sentinelas” sempre em alerta acerca do perigos que “rondam nossas crianças”.

## **2 – Banheiro neutro em Fortaleza: o perigo de *todes* para mulheres e crianças**

Nesse momento do texto, cumpre-nos apresentar e analisar os discursos proferidos na sessão da Câmara Municipal de Fortaleza, realizada em 28 de outubro de 2021, em que o vereador Jorge Pinheiro apresentou o que chamou de “*denúncia*” e foi aparteado por outros colegas parlamentares. Cumpre destacar que Pinheiro faz parte de um grupo de vereadores que se identificam com o que chamam de “conservadorismo político” e unem-se em torno de bandeiras que fazem oposição a muitas questões, com destaque para aquelas em torno do gênero. Membro de uma Comunidade da Renovação Carismática Católica, tem levado a cabo a agenda antigênero<sup>9</sup> no Parlamento da cidade. Sua candidatura à reeleição, bem como a de Priscila Costa, evangélica da Assembleia de Deus, foi analisada por Silva, Castro e Moura (2021), e suas trajetórias e os sentidos que dão à política, vendo nela um meio de legitimação da sua fé, por Silva e Torres (2021). Carmelo Neto, por sua vez, é um jovem de 20 anos, eleito em 2020 o vereador mais jovem da cidade de Fortaleza, tendo destacado-se em mobilizações de movimentos conservadores na cidade.

---

9. Movimento político conservador que visa interditar a proliferação do debate científico sobre a pluralidade do gênero como multiplicidade de expressões e desejos. Esse movimento, intenta, por outro lado, a reafirmação do gênero binário e sua *auto-evidência* (macho-homem-pênis / fêmea-mulher-vagina / heterossexualidade compulsória) com base em preceitos dogmáticos, religiosos e conservadores. Um exemplo das ações da agenda antigênero foi a luta para retirada da palavra “gênero” dos planos estaduais de educação entre 2014 e 2016 (VIANNA; BORTOLINI, 2020).

Importa ressaltar que no atual contexto de mobilização de uma agenda antigênero, no Brasil e no mundo, os Parlamentos têm se constituído como importantes instrumentos para a proposição de legislações que contemplem os mais diversos direitos das minorias, como também para vetar, desvirtuar e macular projetos apresentados nesse sentido, sempre utilizando-se a retórica em torno da “ideologia de gênero”, como, por exemplo, apontado por Silva e Silveira (2021) em trabalho em que se analisou outro episódio, envolvendo dois dos vereadores aqui listados, em um projeto de lei que versava sobre outro aspecto da temática de gênero.

Pinheiro compartilhou em suas redes sociais o discurso proferido na Câmara, em cuja legenda se podia ler o seguinte: “*REVOLTANTE – Recebemos a denúncia de mais uma tentativa de imposição de ideologia de gênero. Dessa vez, o caso ocorreu na rede Cuca*”. Seu discurso tinha o seguinte elemento principal de argumentação em contrário ao banheiro: a indicação de que serviria para oportunizar a entrada de homens em banheiros femininos – “*de acordo com que está aqui nessa placa, eu, dessa forma como estou vestido, se quiser ir a um banheiro da rede CUCA, eu vou poder entrar desse jeito aqui no banheiro das mulheres*”, “*eu posso me considerar uma mulher e se eu me considerar uma mulher, portanto eu terei direito de ir no banheiro*”. Assim, por meio da implementação de uma política pública que visava o reconhecimento de uma questão em torno da diversidade se estava a favorecer o *desacordo* com aquilo que seria a *natureza*.

No mesmo sentido caminhou o discurso da vereadora Priscila Costa, que o anunciou assim em suas redes sociais:

**Imagem 02:** Priscila Costa anuncia denúncia.



**Fonte:** <https://www.facebook.com/priscilacostaoficial/videos/3066516146928822>

De início, destaque-se a mesma ideia de “revolta” acionada por Pinheiro, desta vez grafada na cor vermelha, ligando o fato à esquerda, acompanhada de uma *hashtag* em que se lê o nome do prefeito (inclusive, ao iniciar seu discurso, fará referência “*ao governo do PDT*”). Para ela, o banheiro se constituía como uma “*propaganda da ideologia de gênero da maneira mais covarde*”, apontando o perigo de vir a frequentar um banheiro como o que havia sido instalado no Cuca: “*um banheiro que eu pudesse entrar com a minha filha, ele diz o seguinte, que esse banheiro é inclusivo e por isso pode entrar todo tipo de mulher, mulheres não binárias, mulheres trans e mulheres cis*”. Mostrando-se pouca preocupada com o que os termos significam, “*eles são irrelevantes*”, a vereadora compreende-os apenas como termos “*utilizados para uma minoria pequena barulhenta*”, que pintariam “*os nossos banheiros com as suas ideologias*”. Para ela, não-binários seriam apenas “*homens que poderiam entrar dentro do banheiro das mulheres*”, “*homens que segundo essa ideologia pudessem se sentir mulher ou então homens cuja forma dele se expressar seja feminina*”. Por fim, ela ataca: “*Eu quero aqui salientar o perigo que nós, mulheres, corremos; nós, mulheres, que na civilização conquistamos a nossa privacidade, que na civilização conquistamos a nossa proteção, não temos mais agora um banheiro aonde pode se sentir seguro. Não! Agora um homem pode entrar no banheiro das mulheres. Perdemos nossa privacidade, perdemos nossa segurança, e se você acha que não tem a ver o que eu estou falando com uma ação da prefeitura, eu quero lembrar que o CUCA está aos cuidados do governo Sarto*”.

Em seguida foi a vez do vereador Carmelo Neto subir à tribuna para fazer coro aos discursos que ali se proferiram. Também em suas redes, horas depois, poderia se ver o anúncio do discurso ali proferido. Segundo sua argumentação, “*você está no banheiro e acha que o gênero da outra pessoa no recinto não bate com o que diz na porta: não se preocupe a pessoa conhece bem o seu gênero! Isso aqui é um absurdo! Isso daqui é uma vergonha*”. Sua recusa em relação ao fato devia-se a que “*nossas crianças precisam ser respeitadas, nossas crianças não podem estar vulneráveis. Banheiro de homem é banheiro de homem, banheiro de mulher é banheiro de mulher. É muito simples*”. Dias depois o vereador anunciaria que havia protocolado projeto de lei em que se proibia a instalação de banheiros neutros na cidade de Fortaleza.

No dia seguinte a esses discursos, e diante da repercussão que o fato atingira na cidade, sobretudo nas redes sociais, um outro vereador, Inspetor Alberto, de identificação irrestrita aos ideais do presidente Jair Bolsonaro (PARTIDO LIBERAL), anunciou em suas redes sociais que havia ido ao prédio da Rede Cuca, localizado no bairro José Walter, e havia, num exercício de “cidadania”, apreendido as placas que estavam penduradas nas portas dos banheiros<sup>10</sup>, conforme se pode ver na imagem por ele compartilhada:

---

**10.** Na verdade, o ato foi interpretado como abuso de poder e foi denunciado pelos gestores da unidade e por outras agressões aos direitos humanos, inclusive por transfobia. Sobre isso, ler: <https://diarionordeste.verdesmares.com.br/pontopoder/vereador-e-investigado-por-arrancar-placa-de-vestiario-para-pessoas-trans-e-nao-binarias-no-cuca-1.3154100;> <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/10/29/vereador-arranca-placas-informativas-sobre-uso-de-banheiros-por-pessoas-trans-de-unidade-da-rede-cuca-em-fortaleza.ghtml>; <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/10/29/rede-cuca-denuncia-vereador-de-fortaleza-que-arrancou-placas-sobre-identidade-de-genero-fixadas-em-banheiros.html>.

**Imagem 03:** Inspetor Alberto exhibe placa arrancada.



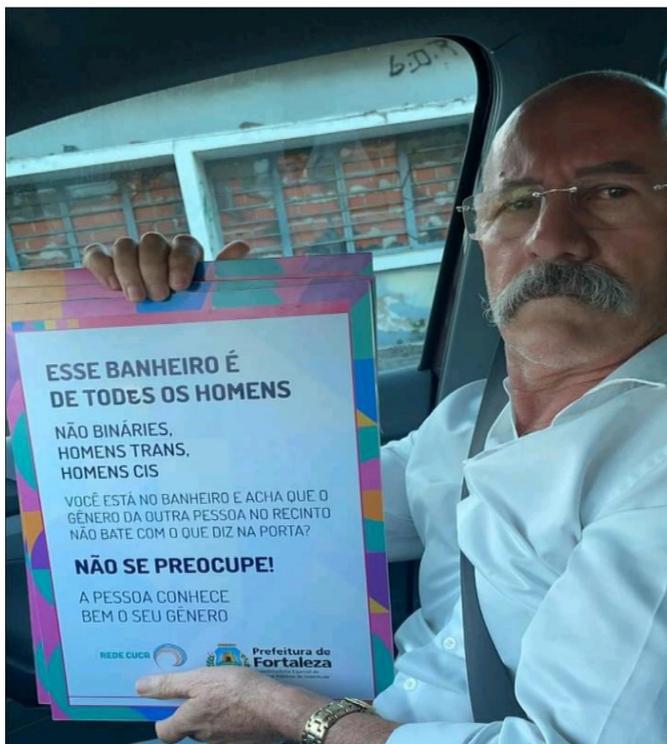
**Inspetor Alberto** ✓



29 de out de 2021 · 🌐

Precisamos defender nossas crianças disso!

OBS: Amanhã dia 30/10/2021 irei publicar as 7:30 da manhã o meu vídeo da fiscalização e apreensão das placas no Cuca do José Walter.



**Fonte:** <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=4190944724365379&set=pb.100003496771906.-2207520000.&type=3>

[php?fbid=4190944724365379&set=pb.100003496771906.-2207520000.&type=3](https://www.facebook.com/photo.php?fbid=4190944724365379&set=pb.100003496771906.-2207520000.&type=3)

No dia seguinte, uma outra imagem interpelava à audiência do vídeo em que mostrava o momento em que o parlamentar havia invadido o local e arrancado as placas, como se vê abaixo, acionando a ideia de perigo:

**Imagem 04:** Inspetor Alberto - fiscalização.



**Inspetor Alberto** ✓



30 de out de 2021 · 🌐

Fiscalizei o Cuca do Bairro José Walter, encontrei placas nas portas dos banheiros que orientavam qualquer pessoa entrar, Homens nos banheiros das meninas, e meninas nos banheiros dos Homens. Posso afirmar, nossas crianças estão em perigo. Assista e compartilhe!

OBS: O Art. 232 do ECA ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE diz; Submeter Crianças e adolescentes sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou constrangimento: detenção de 6 meses a dois anos.



**Fonte:** <https://www.facebook.com/alberto.inspetoralberto/videos/253629046733834>

Dizendo-se “pago para fiscalizar”, Alberto discutia com uma das pessoas que trabalham na Rede Cuca, arrancando as placas ao dizer que o ato era um “*flagrante*” (ideia de que o banheiro era um “crime”), pois o certo seria que “*o banheiro para homens é banheiro para homem! Banheiro para mulher é banheiro para mulher!*”. Ali se observava, segundo ele, a possibilidade de que “*uma jovem, com menos experiência, entrar no banho desse aqui e tem um pedófilo ou estuprador aqui dentro*”; por isso, acionaria o “Ministério Público” e a Prefeitura. Em termos chulos, nomeia o banheiro como “*uma putaria que faz com o povo. Você que é pai, você que é mãe, presta atenção isso aqui ó! Você votou nesse prefeito pra ele transformar isso aqui num antro de perversidade com os jovens e ache ruim quem achar: prefeito, governador, seja quem for. Não pode acontecer! Pai, mãe, não deixa acontecer para o seu filho seja manipulado por esse povo que quer acabar a família, a religião. [...] Temos que defender nossas crianças. O negócio é sério, não é brincadeira*”.

Assim, de uma política pública implementada em espaços de lazer e cultura para adolescentes, e não para crianças, o banheiro neutro foi transformado num grande instrumento de destruição das famílias, da religião e da incitação à violência contra as mulheres. Os embates produzidos na Câmara em torno do tema, em tom acusatório, criminalizante e nada aberto à compreensão do que seria a política de identidade em torno do banheiro daria mostras da impossibilidade de consenso produzida nos nossos dias? Um dissenso estruturante se interpõe entre a questão em causa e os agentes que estão a discuti-la. O dissenso torna-se, nesse como em muitos outros casos, um abismo.

É importante destacar que o debate acima travado acontece à revelia e deslocado da decisão dos ministros Luís Roberto Barroso e Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF) que decidiram a favor do direito de transexuais usarem banheiros conforme sua “identidade de gênero”, ou seja, como se percebem (homem ou mulher), independentemente do sexo a que pertencem<sup>11</sup>. Bem como também cabe citar a deliberação do mesmo tribunal em favor do uso do nome social como direito, e, por maioria, decidiu que, para a alteração, não é necessária autorização judicial<sup>12</sup>.

**11.** Renan Ramalho para o G1 em 19 de novembro de 2015.

**12.** Julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275 em 29/01/2021.

### 3 – Espaços e arquiteturas dos gêneros: banheiros e sexualidade na reflexão *queer*

As tecnologias de gênero<sup>13</sup> operam na reprodução dos processos e espaços sociais vinculados às normas de gênero hegemônicas, às sexualidades inteligíveis e aos desejos autorizados. A qualquer situação social experienciada em determinada cultura, existe uma tecnologia a serviço da regulação, controle e autorização das possibilidades performáticas dos corpos generificados e sexualizados. Preciado (2019) engendra uma reflexão sobre as arquiteturas sociais que, a princípio, poderiam estar a serviço das necessidades naturais básicas tais como comer, urinar, defecar e dormir, mas atuam para regular veladamente o olhar e o acesso, enquanto discretas tecnologias de gênero. Assim, o filósofo espanhol aborda a questão dos banheiros públicos que, embora pensados inicialmente como espaços para gerir o lixo corporal das cidades, transformaram-se em “locais de policiamento de gênero”. Os banheiros se converteram na mais sutil tecnologia de gênero heteronormativa:

Na porta de cada banheiro há um único sinal, uma interpelação de gênero: masculino ou feminino, damas ou cavalheiros, chapéu masculino ou chapéu feminino, bigode ou florzinha, como se a ação de entrar no banheiro fosse mais para refazer o gênero do que para se desfazer da urina e da merda. Ninguém nos pergunta se vamos cagar ou mijar, se temos ou não diarreia, ninguém se interessa pela cor nem pelo tamanho da merda. O único que importa é o GÊNERO (PRECIADO, 2019).

Se, porventura, o acesso aos banheiros nos espaços privados possa não ter,

---

**13.** Partindo da perspectiva teórica foucaultiana que concebe a sexualidade como “tecnologia sexual”, Teresa de Lauretis (1994) propõe analisar o gênero, “[...] como representação e como auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana” (LAURETIS, 1987, p. 208). Sinteticamente, o gênero é uma produção e um processo de numerosas tecnologias sociais “[...] com o poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e ‘implantar’ representações de gênero” (LAURETIS, 1994, p. 228).

hipoteticamente, grandes conflitos, embora a família opere também enquanto “tecnologia de gênero”, pois o acesso aos banheiros domésticos geralmente é individualizado, ou atomizado por gênero – homens e mulheres não costumam utilizar o mesmo banheiro simultaneamente –, o acesso e a utilização dos banheiros públicos na sociedade contemporânea podem suscitar um problema social cujos desdobramentos são imprevisíveis. Esse é o caso que estamos aqui analisando. “Perigos” os mais diversos foram anunciados pelos parlamentares caso os banheiros continuassem a existir na Rede CUCA que, embora voltados a adolescentes, eram apresentados como oportunidade ímpar em que “homens” entrariam em banheiros como “meninas” (a operação discursiva era sempre essa, opondo os dois).

Os banheiros operam como tecnologias sociais da matriz heterossexual<sup>14</sup>, ou seja, representam espaços que realizam a inteligibilidade dos corpos, gêneros e desejos a partir da presunção de que a coerência e o sentido dos corpos estão vinculados a um modelo discursivo em que um sexo fixo expressa um gênero estável, de maneira oposicional e hierárquica, em contextos de heterossexualidade obrigatória. Para Butler (2010), o sistema binário dos sexos está intrinsecamente ligado à crença “numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito” (BUTLER, 2010, p. 24). Ou seja, mesmo na polêmica produzida, os termos utilizados, em Fortaleza, foram os da heterossexualidade: homens rondando meninas. Butler (2010) questiona a evidência e a suposta essência que sustentariam a viabilidade e a regulação social dos corpos sexuados e generificados. O sexo como natureza fixa dos corpos, anterior à inscrição cultural, é produzido pelo gênero, que através do mecanismo da performatividade<sup>15</sup> transforma essa suposta substância inques-

---

**14.** Butler utiliza o termo ‘matriz heterossexual’ para designar “grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados” (BUTLER, 2010, p.216). Ela diz que se baseou na noção de ‘contrato heterossexual’ de Monique Wittig e de ‘heterossexualidade compulsória’ de Adriene Rich.

**15.** A autora utiliza o conceito de performatividade para fazer uma genealogia crítica tanto do sexo quanto do gênero, que correspondem à reiterações práticas do discurso que objetivam produzir aquilo que nomeiam (BUTLER, 2000). A performatividade não é um ato singular ou intencional do

tionável na matéria corporal (BUTLER, 2000). O sexo e o gênero são “ilusões de substância” produzidos por reiterações discursivas sobre as quais os corpos são obrigados a se aproximarem (BUTLER, 2010). O banheiro, nesse sentido, encerra um dispositivo de determinação subjetiva da inteligibilidade do corpo, do gênero e da sexualidade, cujo poder é expresso pelas ações de publicização ou compartilhamento das intimidades e o ocultamento, ou resguardo, das mesmas. Esse dispositivo atua para controlar corpos sexuados e generificados quando estão em copresença. Para Cruz (2011), os banheiros atuam na reiteração e enunciação das identidades a partir da normatização e distinção que lhes são próprias.

Se nos espaços sociais só devem existir meninos e homens ou meninas e mulheres, então a inexistência ou a proibição do acesso aos banheiros binários para travestis ou transexuais [bem como para os dissidentes do gênero binário] significa a impossibilidade de existência social pública desses corpos considerados aberrações, alvos de cura, exclusão ou readaptação. A divisão binária dos banheiros – masculino e feminino – opera como um processo de purificação social frente à possível “contaminação” desses espaços pelos corpos e desejos desviantes, pois as fissuras e a fluidez não são supostamente admitidas nos modelos culturais hegemônicos de gênero e sexualidade. Daí decorre a necessidade de vigilância constante para evitar a ruptura dessas fissuras. Os banheiros, para além de serem locais sociais destinados às necessidades fisiológicas, atualizam a heteronormatividade balizados no fundacionismo biológico. E as formas oposicionais de utilização dos mesmos são programadas culturalmente na incessante reiteração produtiva e readequadora das masculinidades e feminilidades reconhecíveis socialmente (SAMPAIO, 2015). Quem pode utilizar os banheiros públicos contemporâneos? Em uma configuração binária oposicional, a arquitetura interna dessas “tecnologias de gênero” não apenas assegura a conformação da “matriz heterossexual” como também serve para constringer ou desestimular a utilização desses espaços pelos corpos dissidentes. Os banheiros, públicos ou privados, são construídos para serem utilizados

---

sujeito, mas uma reiteração de uma norma ou conjunto delas que “oculta ou dissimula as convenções das quais ela é uma repetição” (BUTLER, 2000, p.166).

pelos corpos cisgênero<sup>16</sup> e representam espacialmente as marcas da feminilidade e da masculinidade socialmente esperadas. A invasão ou utilização de um banheiro por um sexo/gênero não correspondente ou de “sexualidade desviante” representa tanto o cruzamento de fronteiras heterossexistas e a profanação da cultura heteronormativa quanto o risco de desmantelamento das naturalizações culturais sacralizadas e ritualmente reproduzidas por inúmeros dispositivos da heteronormatividade. O banheiro público é um espaço social ambivalente desde sua idealização. É demarcado pela ditadura do gênero nos mais variados espaços de instituições em que eles são instalados e encerram uma proximidade e uma fronteira muito tênue entre a intimidade e a publicidade. Tanto pelo caráter de publicidade do acesso quanto pelo risco de compartilhamento de aspectos da intimidade, os banheiros públicos são arquitetados pelas normas de gênero que regulam a forma como “[...] podemos aparecer no espaço público, como e de que modo o público e o privado se distinguem, e como essa distinção é instrumentalizada a serviço da política sexual” (BUTLER, 2018, p.41). Preciado (2019) nos oferece subsídios para compreender o funcionamento dessa tecnologia social. O acesso, ou a proibição, do uso dos banheiros públicos representam o controle das performances de gênero e das sexualidades em que primeiramente o olhar exerce o controle, seguido da palavra em situações sociais que demandam uma intervenção mais efetiva: “[...] qualquer ambiguidade de gênero (cabelo muito curto, falta de maquiagem, uma penugem que aparece em forma de bigode, passo demasiado afirmativo...) exigirá um interrogatório do potencial usuário, que estará obrigado a justificar a coerência da sua escolha de banheiro [...]” (PRECIADO, 2019).

A utilização fisiológica do banheiro feminino não pode ser visível publicamente. O feminino usa o banheiro resguardado em uma cápsula particular que possibilita, na posição sentada, urinar e evacuar: “[...] ao sair da cabine

---

**16.** Refere-se ao alinhamento, aceitação e adaptação a lógica de autoevidência entre o genital e sua expressão de gênero social e discursivamente atribuída. Logo, o macho/homem está para o pênis e a fêmea/mulher está para a vagina. Aqueles/as que se adequam a esse esquema de percepção e expressão são considerados/as cisgênero. Dessa forma, aqueles/as que escapam ou não se adequam a esse esquema são considerados/as transgênero.

reservada à excreção, o espelho, reverberação do olhar público, convida ao retoque da imagem feminina sob o olhar regulador de outras mulheres” (PRECIADO, 2019).

Esse autor sublinha a peculiaridade de extensão da domesticidade do feminino nos banheiros públicos: a avaliação incessante da expressão do feminino apenas na privacidade, seja no lar ou em um banheiro público. Em contrapartida, os banheiros masculinos geralmente separam as funções: “mijar-de-pé-mictório/cagar-sentado-privada”. A eficácia da masculinidade heterossexual é produzida pela separação da genitalidade e da analidade. A arquitetura dos banheiros produz e fixa as diferenças entre as funções biológicas: “mijar de pé publicamente é uma das performances constitutivas da masculinidade heterossexual moderna. Dessa forma, o discreto mictório não é somente um instrumento de higiene, mas uma tecnologia de gênero que participa na produção da masculinidade no espaço público” (PRECIADO, 2019). Sendo assim, os banheiros e suas “próteses normativas de gênero”, são dominados por duas lógicas opostas. O feminino reproduz no espaço público, o espaço doméstico e o masculino torna-se uma extensão do espaço público definido tradicionalmente como espaço do masculino que, na arquitetura dos banheiros, é intensificado pelas leis de visibilidade e posição ereta:

Enquanto o banheiro feminino opera como um mini panóptico, no qual as mulheres vigiam coletivamente seu grau de feminidade heterossexual e no qual toda aproximação sexual resulta numa agressão masculina, o banheiro masculino aparece como um terreno propício para a experimentação sexual (PRECIADO, 2019, p. 30).

Atualmente os interrogatórios sobre o acesso aos banheiros públicos binários por corpos dissidentes das normas de gênero hegemônicas vêm acompanhados da discussão da necessidade de construir banheiros específicos para esses corpos ou não. Expressões como banheiros unissex, neutro, terceiro ou quarto banheiro, sinalizam não apenas a conversão dos banheiros públicos em um problema social, mas, sobretudo, representam avanços no debate em torno

da contemplação de direitos mais básicos. Assim, os banheiros públicos passam a ser arquiteturas de conflito, e atualmente de constante vigilância dos grupos neoconservadores, porque, para além de serem espaços para satisfazer as necessidades fisiológicas, eles operam para reafirmar os códigos de feminilidade e de masculinidade no espaço público. Sob o pretexto da higiene pública, essas tecnologias fabricam os gêneros através de uma arquitetura urinária imposta há dois séculos pelo menos: homem/mulher, público/privado, de-pé/sentado, decente/obsceno, pênis/vagina e ocupado/livre (PRECIADO, 2019).

De maneira geral, a realização das necessidades fisiológicas no interior dessas tecnologias de gênero passa a ser problemática quando a proibição do acesso ou a inexistência de espaços públicos para os corpos dissidentes esbarram na luta e nas políticas de resistência contra a violência estrutural praticada sobre tais corpos: se as dissidências de gênero não podem acessar os banheiros públicos binários, onde esses sujeitos irão fazer suas necessidades então?

#### **4 – A questão em torno do “terceiro banheiro”<sup>17</sup>**

Uma questão importante acerca da problemática aqui analisada é a posta por Cruz (2011), em que a autora parte de uma reflexão sobre a lógica do gênero binário e suas inflexões biológicas a partir de uma experiência de ministrar aulas para uma especialização em gestão educacional. Nesse contexto, a questão “onde uma travesti deve ‘fazer xixi’ na escola?” foi um mobilizador para que ela iniciasse essa reflexão.

A presença da travesti na escola suscita, pela observação da autora a partir do relato de professores, uma inquietação contundente. A exclusão das pessoas circunscritas à norma sexista as coloca em uma posição em que, segundo a autora, sua cidadania e direitos são desrespeitados de forma contínua e persistente. Há que se contar nessa equação o peso das premissas religiosas e/ou científicas (classificadoras e patologizantes). Nessa lógica, no cotidiano escolar uma alternativa para o uso do banheiro por pessoas trans é a delimitação de

---

**17.** Cabe destacar que da pesquisa bibliográfica realizada Preciado (2014; 2019) foi o único autor transsexual que encontramos tematizando a questão em tela. Os demais artigos da revisão de literatura foram produzidos por pessoas cisgênero.

um “terceiro espaço” separado do banheiro masculino/feminino. Por vezes, o banheiro da direção da escola acaba servindo como esse banheiro alternativo.

Após inúmeros debates com diversos grupos de alunos e colegas, Cruz (2011, p. 77) sistematizou as seguintes considerações sobre a questão de qual banheiro a travesti deveria usar:

1. o banheiro adequado era o “dos meninos”, porque ele tinha pênis, então tinha que usar o banheiro dos meninos; 2. o banheiro que deveria ser utilizado era o “das meninas” porque ele agora era mulher, se vestia como uma mulher; 3. o banheiro a ser utilizado era o “da diretora”, ou “dos(as) professores(as), funcionários(as)” que significava uma proteção, porque podiam bater no(a) aluno(a) no banheiro dos meninos; 4. o banheiro a ser utilizado era o “da diretora” porque era difícil debater este tema com as famílias da escola; 5. o banheiro a ser utilizado era o “dos meninos” porque ele não podia ferir o direito das meninas a ter privacidade; 6. o banheiro a ser utilizado era “o das meninas” porque os meninos zombavam e podiam bater nele; 7. o banheiro a ser utilizado era o da diretora porque os professores/as não gostavam da ideia de vê-lo utilizando o seu banheiro; 8. ele(a) poderia usar o banheiro que quisesse (poucas pessoas com esta visão); 9. talvez precisássemos de um terceiro banheiro; 10. talvez pudéssemos ter nas escolas um banheiro só (para alunos e alunas) (poucas pessoas com esta visão).

Mediante tantas posições distintas e heterogêneas, fica evidente a forma como esse assunto inquieta o ambiente da escola, mas não só ele, como também o debate público de uma forma geral. Do ponto de vista das normas estabelecidas pela lógica do gênero binário o ser humano é segmentado por uma auto-evidência entre a dualidade do macho-pênis e a fêmea-vagina, sem espaço para manifestações outras de sexo e gênero. A saída fácil seria o que uma das participantes das oficinas sugeriu: “*abafamos o caso*”. Segundo o pensamento da autora, essa afirmação denota um sentido do que Foucault assimila como o fato das produções discursivas também organizarem silêncios. Ou seja, resolver a questão do banheiro sem de fato mudar a estrutura do funcionamento da lógica

do gênero binário. Seria esse movimento de exclusão uma forma estratégica do poder de manter o abjeto dentro dos limites da norma?

O escape à norma materializado na travestilidade funciona como um parâmetro questionador do sistema que ancora a autoevidência entre o sexo, o gênero, a sexualidade e suas expressões. A escola e a sociedade tendem a constantemente rotular, enquadrar e segmentar as pessoas a partir das suas diferenças dentro de uma lógica estabelecida. Mas e aqueles que escapam a esse enquadramento? Segundo a autora, esses são penalizados, punidos, corrigidos e comumente isolados em guetos denominados de minorias.

Cruz (2011) chama a atenção para o fato de que o local onde a travesti deve “fazer xixi” se constitui como uma questão muito mais proeminente do que as escolas contribuindo para exclusão e segregação de travestis. “[...] urinar é uma necessidade fisiológica, portanto biológica e é justamente esta necessidade que não encontra espaço num território que defende o biológico como fundador das diferenças” (CRUZ, 2011, p. 86), conclui ela.

“Aqui só tem viado” e “o homossexual, usa que banheiro?”, são indagações registradas visualmente por Vaz (2012, p. 135) no banheiro da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás em 2011. Para ele, existe a manifestação que parte do heterossexual que reivindica o espaço como seu, por um lado, e a tentativa de compreender o limbo composto entre o desejo e o gênero, por outro. Dessa forma, ele parte para uma análise da constituição do banheiro como uma tecnologia de gênero instituída dentro da lógica da chamada heterossexualidade compulsória.

Na trajetória de pesquisa do autor, ele observou, através dos cursos e grupos de discussão dos quais participou, um posicionamento generalizado entre os alunos sobre a falta de conhecimento ou a “isenção” acerca de questões relativas à sexualidade. Dessa forma, o tema sexo foi colocado no território do tabu. A percepção dos “sujeitos homossexuais” paira sobre a lógica da continuidade entre o sexo biológico e o gênero dentro dos termos da heterossexualidade compulsória que considera o desejo homossexual como desviante e transgressor. Do ponto de vista dos professores, há uma preocupação na forma como esse debate é incluído na sala de aula. O discurso desses tende à sedimentação

das identidades dentro da lógica binária do gênero (Vaz, 2012). Então, apesar da preocupação em pautar o debate, os lados envolvidos na sua discussão tendem à concepção do gênero binário e a sua reprodução.

Nunes e Paulino (2013) reforçam a ideia defendida por Vaz (2012) do banheiro como uma tecnologia de gênero. Para eles, o espaço do banheiro reforça a produção das segmentações e continuidades entre o sexo e o gênero, reiteradas por ações, posicionamentos e enunciações que endossam desigualdades e violências. Dessa forma, a escola, que supostamente ocuparia o lugar de construção do conhecimento de forma democrática e acessível, acaba por cancelar os padrões heteronormativos de gênero a reboque da falta de tato para lidar com as questões a eles concernentes.

Para os autores, a escola configura-se como um local de normatizações. A ida ao banheiro, nesse contexto, acontece geralmente de forma coletiva e sempre vigiada (por professores ou funcionários). A ambiência do banheiro escolar desmobiliza quaisquer sentimentos de privacidade. Ou seja, o tempo todo, quando estamos no banheiro, somos pressionados pelo olhar do outro.

O banheiro constitui-se como um gerador das diferenças de gênero ao passo em que suscita a potencialidade de permissões, proibições, desejos e transgressões. Nessa ótica, as diferenças anatômicas concentradas na oposição pênis *versus* vagina são o ponto central do cerceamento do gênero binário que, por sua vez, organiza não só a divisão dos banheiros, mas também as relações sociais de sexo e gênero de uma forma ampliada.

Segundo a percepção de Nunes e Paulino (2013), os/as professores/as tendem a reforçar visões cristalizadas que se baseiam em proibições e repressões paralelas aos discursos organizadores de silêncio mencionados por Cruz (2011) a partir de Foucault. Nesse sentido, o cerceamento do banheiro como local apropriado para “fazer coisa errada” e atentar contra os “princípios e valores familiares”, são posicionamentos recorrentes dos/as professores/as.

Os autores, então, concluem que uma educação para a sexualidade seria um caminho plausível para mitigar as diligências em torno dos usos do banheiro na escola. Esse caminho potencializaria um cenário de diálogo em detrimento dos silêncios, da liberdade ao invés da repressão, e dos sentimentos

no lugar do disciplinamento dos corpos. Essa educação incitaria a discussão de questões sociais, éticas e morais que respeitassem a liberdade, a autonomia e o respeito à intimidade.

Alves e Moreira (2015) analisam o descompasso da fissura aberta entre o estabelecimento da resolução CME/BH nº 002/08 da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte que garante o uso do nome social por transexuais de um lado, porém de outro os/as impossibilita de usar um banheiro compatível com sua identidade de gênero. Eles partem da premissa de que a existência de estudantes com a sexualidade dissidente da norma heterossexual no ambiente escolar manifesta implicações nas subjetividades e demanda abordagens apropriadas da gestão pública e novas políticas públicas educacionais (ALVES; MOREIRA, 2015, p. 60).

Os autores realizam uma revisão teórica com base em artigos científicos brasileiros entre os anos de 2006 e 2014 sobre o uso de banheiros por pessoas trans. Ressaltam que os referenciais teóricos mais recorrentes presentes nessa revisão foram os pressupostos pós-estruturalistas de gênero. Os principais autores citados foram Judith Butler, Paul Beatriz Preciado e Guacira Lopes Louro.

Alves e Moreira (2015) identificaram uma convergência entre os autores revisados no sentido da inviabilidade da construção de um terceiro banheiro para uso exclusivo de pessoas trans. Para eles, esse movimento seria considerado uma reiteração da discriminação e segregação das diferenças. A criação de um terceiro banheiro poderia implicar em uma diluição das variedades transexuais sem, contudo, alterar a lógica classificatória inicial.

Paez (2017) conta a crônica de uma história real, “La Monja”, em que uma transexual foi estuprada no banheiro de uma prisão em que eventualmente contraiu HIV. Esse episódio ocorreu no ano de 2010, ou seja, antes do estabelecimento de normativas que regulamentaram setores específicos para transexuais nas prisões de Córdoba (ARGENTINA). A partir daí, o autor se questiona sobre a divisão arquitetônica da administração dos “lixos corporais” em que, em um contexto de mudanças profundas nas políticas de gênero e sexualidade, os banheiros ocupam o centro do debate da inclusão ou segregação da população transexual.

O autor destaca que a organização arquitetônica dos espaços, na forma como conhecemos hoje, é marcada por rupturas e continuidades de um processo sócio-histórico da passagem da Era Vitoriana para os tempos modernos. Essas passagens são reguladas principalmente pela chegada do capitalismo e pelo conjunto de profundas transformações que ele vai mobilizar nos diversos campos da vida produtiva e social.

Partindo de uma reflexão crítica sobre o paradigma higienista, o autor resgata a forma como as doenças e pragas alastraram os centros urbanos europeus, principalmente com a cólera durante o século XIX, em que se perderam mais de 10 milhões de vidas. Desse cenário, surgiu a necessidade urgente de administração do lixo corporal nos centros urbanos. Com a chegada das redes de água foi possível pensar um espaço reservado para as necessidades fisiológica no interior das residências (PAEZ, 2017, p. 9).

Foi no entrecruzamento do desenvolvimento capitalista e da moral vitoriana do século XIX que os banheiros se organizaram em uma separação binária heteronormativa. A divisão entre o local de trabalho e de moradia, proporcionada pelo avanço do capitalismo e da industrialização nos centros urbanos; e o dever das leis trabalhistas para ponderar a exploração sofrida por mulheres e crianças, levou a uma regulação dos banheiros e espaços através de uma leitura corporal em que as mulheres foram destinadas a uma posição de sexo frágil (condição feminina) e que por sua vez precisava ser protegido. Dessa forma, o compartimentar dos espaços passou a se pautar em pressupostos biológicos, porém essa premissa, em essência, se sustenta em um debate eminentemente social.

Nesse sentido, o autor considera pertinente quando Preciado se referencia aos banheiros como “mini-panopticos de gênero”. A divisão dos banheiros pautada na lógica higienista, na moral vitoriana e no desenvolvimento capitalista parte de uma matriz simbólica que tem pouca relação com uma objetividade sanitária. Os banheiros públicos se constituem como espaços cristalizados que padecem pelo avançar histórico, pois um banheiro pensado para um sujeito vitoriano já não faz mais sentido na proliferação de multiplicidades dos tempos pós-modernos.

Paez (2018), em um movimento de continuidade e amadurecimento da argumentação pregressa (PAEZ, 2017), reitera que o chamado pragmatismo arquitetônico, ao qual, supostamente, a divisão dos banheiros é atribuída, obedece a paradigmas mais extensos, como por exemplo as organizações e estruturas culturais e contingentes. Os banheiros, para além de espaços excretórios, se configuram como dispositivos e mecanismos políticos que mobilizam a criação e recriação de uma estrutura social engessada e segregacionista das normas binárias de gênero (incluídos nesse argumento o patriarcado, o machismo e a heteronormatividade).

A contradição instalada entre o avanço do capitalismo e a moral vitoriana é tensionada com a entrada da mulher no mercado de trabalho e sua maior presença na esfera pública. Esse movimento esbarra com fronteiras arquitetônicas e sociais preexistentes. Os binômios banheiro feminino e banheiro masculino são invenções recentes (pouco mais de 130 anos), portanto históricas. As tensões suscitadas pelo avanço da luta feminista e a organização dos movimentos e ativismos LGBTQIA+, demandam espaço e reconhecimento para suas pautas e necessidades; dentre elas, o direito de acesso ao banheiro público (PAEZ, 2018, p. 101).

Os autores analisam a forma pela qual o banheiro público se transformou em um dispositivo de gênero. Para eles, o ato de entrar no banheiro é chancelado por uma autorização para circular mediante o enquadramento generificado e binário da pessoa, que prioriza o gênero atribuído na mesa de parto do gênero (BUTLER, 2003) em detrimento a autoidentificação. Esse movimento pode ser entendido também como uma genitalização da subjetividade, ou seja, o sexo biológico identificado/definido pelo binômio médico-legal se sobrepõe de maneira persistente e reiterada a qualquer autoidentificação (estilo corporal, nome social etc.). Vale ressaltar que a concessão da cidadania é atrelada ao gênero binário (BEZERRA, 2021).

A vigilância e a inspeção características dos banheiros públicos é entendida por Preciado (2019) como dispositivos de gênero que mapeiam os indícios de masculinidade ou feminilidade e os territorializam em locais específicos como banheiro feminino ou masculino. A identificação nas portas dos sanitários

funciona como “cancelas de gênero”, ou seja, balizam a entrada de homens e mulheres de acordo com seu órgão genital (CERVI *et al.*, 2019, p. 339).

No caso do banheiro feminino, as mulheres têm sua feminilidade (e heterossexualidade) conferidas por meio de olhares atentos a qualquer ambiguidade de gênero como a ausência de seios, cabelos curtos, postura, ausência de maquiagem, entre outras. No banheiro masculino, homens têm sua masculinidade (e heterossexualidade) avaliadas também por olhares atentos a qualquer sinal de feminilidade na aparência e na performatividade, a qual, em tese, denunciaria uma possível homossexualidade (CERVI *et al.*, 2019, p. 340).

Dessa forma, os olhares, as insinuações e os detalhes sobre o que implica “ser” homem ou mulher são minuciosamente observados e julgados pela vigilância quase onisciente presente nos espaços dos banheiros públicos. O ato de urinar em pé, por exemplo, constitui-se, assim como a vigilância, como uma tecnologia de gênero que denota uma performance de virilidade e masculinidade. São esses dispositivos que, para além da organização arquitetônica do espaço, constroem simbólica e culturalmente o banheiro como ele é. Esse não se configura somente como um espaço para atender as necessidades fisiológicas, mas como um mecanismo de identificação social do gênero designado antes mesmo do nascimento.

Nesse espaço pautado na biologia, na anatomia e na heterossexualidade, tem espaço para um sujeito transexual? Os banheiros regulados como dispositivos do gênero binário confrontam as pessoas trans. a um conflito entre sua genitália e o sexo designado antes de nascer. Interpelam as pessoas trans. a seguir as normas de gênero e sexualidade vigentes.

Cervi (*et al.*, 2019) consideram que o movimento de questionamento dos usos do banheiro quanto a sua posição rígida e intransitiva com relação as pessoas trans., suscitou um desconforto que foi aparelhado por um populismo anti-intelectual – pautado no conservadorismo –, alaistrado pelas redes sociais, que culminou no que hoje é conhecido equivocadamente como “ideologia de gênero”.

Assim como aponta Paez (2017; 2018), Cervi (*et al.*, 2019) considera que o banheiro se configurou para atender a uma necessidade específica de um tempo e local específico. É premente considerar sua dimensão social e histórica. As necessidades da atualidade não são mais aquelas de outrora; então, pensar e viabilizar possibilidades e alternativas é um movimento indispensável para a contemporaneidade.

Alves (*et al.*, 2021) realizam uma análise das placas, em suas mais diversas variedades, utilizadas para designar banheiros ao redor do Brasil. Eles observam que a sinalização reitera o binarismo de gênero e legitima uma concepção universalizante do que é ser homem ou mulher de acordo com o esquema macho-homem-pênis / fêmea-vagina-mulher.

## 5 – Considerações Finais

É possível afirmar que o movimento político e as práticas tendem a persistir na discriminação sexista e transfóbica, sobretudo após o ainda insipiente debate e a implementação das políticas públicas suscitadas no Brasil nos últimos dez anos. Esse movimento insiste em desconsiderar as formas plurais e diversas de ser homem e mulher distintas daquela das normas binárias de gênero, opondo-se a uma série de questões que reúnem sob a alcunha acusatória de “ideologia de gênero”. É premente, nesse contexto, a abertura para alteridade, ou seja, a utilização do banheiro deve prescindir das formulações e normatizações do gênero instituído.

O questionamento que mobilizou esse artigo foi: que elementos compõem a narrativa de atores do campo político-religioso para justificarem sua oposição aos diversos elementos que compõem a agenda de políticas públicas no que diz respeito às questões de gênero? E como objetivo: identificar os elementos constituintes do discurso político conservador-religioso em um de seus principais pilares: a oposição às questões de gênero. Dessa forma, é possível afirmar que:

- Os discursos políticos em questão partem de um campo denominado “conservadorismo político”;
- Possuem como *background* o dogma e a fé advindos principalmente do protestantismo e da Renovação Carismática Católica;

- Organizam-se sob a alcunha de uma agenda antigênero;
- Buscam reforçar o gênero binário e a heterossexualidade compulsória (heteronormatividade) como norma e padrão através de tentativas de interditar a discussão sobre gênero e sexualidade não-binários (principalmente nas escolas);
- Utilizam discursos em tom acusatório e criminalizando para fazer usos políticos da questão em proveito próprio.

## Referências

ALVES, Cláudio Eduardo Resende; MOREIRA, Maria Ignez Costa; JAYME, Juliana Gonzaga. **O binarismo de gênero nas placas de banheiros em espaços públicos**. *Psicologia & Sociedade*, v. 33, 2021.

ALVES, Cláudio Eduardo Resende; MOREIRA, Maria Ignez Costa. **Do uso do nome social ao uso do banheiro**: (trans) subjetividades em escolas brasileiras. *Quaderns de Psicologia*, v. 17, n. 3, p. 59-69, 2015.

BALIEIRO, F. de F. "Não se meta com meus filhos": a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653414>. Acesso em: 29 out. 2020.

BEZERRA, P. H. A. **A dobra do gênero binário**: processo de definição do sexo dos bebês da neonatologia de um hospital pediátrico e seus desdobramentos sociais. *IX Curta o Gênero: diálogos convergentes*, 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira L. (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-172.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CERVI, Thales de Almeida Nogueira *et al.* **O banheiro público como dispositivo de**

**gênero.** Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 13, n. 20, 2019.

CRUZ, E. F. Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. In: **Psicologia Política**, v. 11, n. 21, jan/jun, 2011. pp. 73-90. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X201100100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X201100100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 10 fev. 2022.

FERRARI, Anderson; DOS SANTOS BEZERRA, Carolina; DE CASTRO, Roney Polato. **Tensões e enfrentamentos na campanha ‘libera meu xixi’ e a presença de pessoas trans na universidade.** Diversidade e Educação, v. 8, n. 2, p. 21-45, 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 03 dez. 2020.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-241.

NUNES, Alex Ribeiro; PAULINO, Alessandro Garcia. **O banheiro da escola: as contradições de ambientes de proibições, experiências e descobertas.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X.

PAEZ, Javier Andres. **Além das “necessidades”:** banheiros públicos e população trans em Córdoba (Argentina) e Florianópolis (Brasil). Dissertação de metrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2018.

PAEZ, Javier. **Limites em mutação: os banheiros públicos e a sexualidade.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

PRECIADO, Paul B. “Lixo e Gênero, Mijar/Cagar, Masculino/Feminino”. Trad. de Davi Giordano e Helder Thiago Maia. Revista Performatus, Inhumas, ano 7, n. 20, abr. 2019. ISSN: 2316-8102.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

SAMPAIO, F. de S. O terceiro banheiro: fuga da “pedagogia do insulto” e/ou reforço da heteronormatividade?. **Revista Periódicus**, 1(3), 131–151. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i3.14259>. Acesso em 26 jan. 2022.

SILVA, Emanuel Freitas da. TORRES, Monalisa. Pertencimento religioso e vocação política: estudo de caso acerca das razões religiosas do exercício parlamentar. *Revista Inter-Legere*, v. 4, n. 32, 16 dez. 2021.

SILVA, Emanuel Freitas da; OLIVEIRA, Kerolaine. de Castro; DAVID, Renan Cairo. Representação política da moral: vereadores religiosos em busca da reeleição. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, 2021, 11(26), 162–197.

SILVA, Emanuel Freitas da; SILVEIRA, Emerson José. Conflitos entre democracia parlamentar e religião reacionária na Câmara Municipal de Fortaleza. **Plural**, 28(1), 109-135, 2022.

VAZ, Tales Gubes. **E o homossexual, usa que banheiro?** Pedagogia queer, cultura visual e discursos sobre (homo) sexualidades.

VIANNA, Cláudia; BORTOLINI, Alexandre. **Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação**: tensões e disputas. *Educação e Pesquisa*, v. 46, 2020.

**Recebido:** 04/03/2022

**Aceito:** 17/11/2022